



AI'NIÉ ÍPIO DE Alt
SECRETARL4DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



CRENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ, com sua sede administrativa, situada à Avenida Maestro Sansão, 236 — Centro — Muriaé/MG, fone (32) 3696-3317, inscrita no CNPJ sob o nº 17.947.581/0001-76, isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 10.912/2022, torna público a abertura do PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, em regime de execução indireta, para credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de Perícia Médica. O Credenciamento será regido na forma e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, de 21.06.93, alterações posteriores e pelas demais condições fixadas neste edital. Os documentos dos interessados serão recebidos no Setor de Protocolo da Prefeitura, à Avenida Maestro Sansão, 236, Centro, Muriaé, Setor de Protocolo, a partir do dia 02/05/2022 até o dia 02/11/2022 das 07:30 h às 11:30 h e de 13:00 h às 17:00 h.

Poderão participar do presente credenciamento, pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexo.

A) O Edital prevê o procedimento a ser observado pelo licitante em caso de dúvida de caráter técnico ou legal na interpretação de seus termos. A apresentação da proposta presume pleno conhecimento, entendimento e aceitação de todas as condições por parte do licitante e nos termos da lei, implica na sua aceitação automática, integral e irrevogável, motivo por que, após este ato, a Administração não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

B) Poderão participar deste credenciamento, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, sendo vedada a participação dos interessados que se encontrarem sob falência decretada, regime de consórcio, concordatárias, empresas estrangeiras que não estejam regularmente estabelecidas no País, aqueles que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado, diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no certame em tela

1 — DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

A Comissão Permanente de Licitação realizará a abertura dos envelopes em sessão pública a ser realizada de acordo com o recebimento dos envelopes, devendo ser protocolados no endereço abaixo

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ — SETOR DE PROTOCOLO
Centro Administrativo: Av. Maestro Sansão, nº 236 — Andar Térreo — Centro - Telefone: 32 3696-3317 — CEP: 36.880-002 — Muriaé / MG / SITE: www.muriae.mg.gov.br

DATA: Os envelopes serão recebidos a partir do dia 02/05/2022 até o dia 02/11/2022.

HORÁRIO: 07:30 às 11:30 horas e 13:00 às 17:00.

- Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento em dia útil, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação



AIIMC – ÍPIO DE 3fIMAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



2 — DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

2.1. — Todas as publicações e intimações, *inclusive* para fins de *recurso*, serão feitas no órgão de divulgação oficial do Município (DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS), no quadro de avisos afixado no hall de entrada da Prefeitura, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como no sítio eletrônico: <<https://muriac.mg.gov.br/licitacao/>>

3 - DO OBJETO

3.1 - 0 presente tem como objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde na área *médica*, para realização de perícias médicas.

3.1.2 — As despesas com alimentação, transporte, remuneração e impostos incidentes sobre os serviços dos profissionais por ela contratados, serão de responsabilidade do CONTRATADO

3.1.3 — Dos valores serão descontados ISSQN — Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

São anexos deste Edital:

- ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II — FICHA CADASTRAL
- ANEXO III — MINUTA CONTRATUAL
- ANEXO IV — MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULOS IMPEDITIVOS
- ANEXO V — MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS LEIS MUNICIPAIS N^{os} 5.446/2017 E 5.524/2017
- ANEXO VI — MODELO DE DECLARAÇÃO (cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7^o da Constituição da República)
- ANEXO VII — MODELO DE ATESTADO DE CAPACITAÇÃO
- ANEXO VIII — MODELO DE DECLARAÇÃO (CONDIÇÃO DE ME OU EPP)

4. DOS CRITÉRIOS DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os documentos solicitados poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por Cartório ou publicação em órgão da imprensa oficial ou cópia simplificada acompanhada do respectivo original para conferência pela Comissão de Licitação.

4.1.1 - Não será realizada a autenticação de cópias simples de documentos com a apresentação de cópias autenticadas como originais.

4.2 - A empresa deverá apresentar declaração de cumprimento da Lei Municipal n^o 5.446/2017 e suas alterações, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital.

4.3 - As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n^o 123/2006, deverão apresentar declaração formal (MODELO NO ANEXO VIII), expressa, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

4.3.1 — Para a comprovação da declaração constante no item 3.3, a licitante deverá, também, apresentar:

a) quando a empresa for optante pelo Simples Nacional^o comprovante da opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal, ou;

b) quando a empresa não for optante pelo Simples Nacional: prova através de documento expedido através da junta comercial (certidão simplificada de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte com validade de até 90 dias ou Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício — DR



LRWt“ÍPIO DE MIRL4É
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

4.3.2 - A concessão da extensão do prazo por mais 5 (cinco) dias úteis para regularização da documentação prevista no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, se dará por solicitação encaminhada ao Departamento de Licitações devidamente assinada pelo representante legal da proponente participante, dentro do prazo inicial concedido anteriormente.

4.4 - Será dada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos na prestação dos serviços de procedimentos cirúrgicos, nos quais as mesmas se credenciarem, conforme art. 199 § 1º da Constituição Federal.

4.5 - Caso haja mais de uma entidade filantrópica credenciada será estabelecido o critério de alternância sendo distribuída de forma igualitária a quantidade de procedimentos cirúrgicos entre as instituições credenciadas.

4.6 - As instituições com fins lucrativos poderão participar de forma complementar na prestação de serviços de procedimentos cirúrgicos, sendo critério de distribuição igual ao item 4.5 deste edital.

5. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. A documentação será recebida em envelope, fechado e com a seguinte descrição:

<p>"DOCUMENTAÇÃO" - CREDENCIAMENTO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ NOME: CNPJ:</p>
--

5.2. Os Documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

A) rubricados e numerados sequencialmente, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;

5.3. Não será credenciado o prestador de serviços que deixar de apresentar os documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o Presente Edital.

6 - DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

6.1 - Poderão participar do presente credenciamento, pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexo, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município através das Secretarias Responsáveis.

6.2 - Os participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

6.2.1 — Pessoa jurídica:

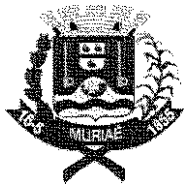
a) Contrato Social em vigor, bem como sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

b) Estatuto Social, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos administradores

c) Cartão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Prova de regularidade com:

d.1 - Secretaria da Receita Federal e



LII'NIÉ ÍPIO DE CII 4É
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



d.2 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
d.3 - Relativa à Seguridade Social (INSS).

- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal;
- g) Prova de Regularidade com o FGTS (CRS);
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- j) Registro ou Inscrição na entidade profissional competente;
- k) Declaração de que possui profissionais de nível superior habilitado para a realização das perícias, da qual conste o número de *profissionais, os nomes e o número do registro no órgão de classe*;
- l) Currículo dos profissionais;
- m) Declaração que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16(dezesseis) anos, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002;
- n) Preenchimento de Ficha Cadastral, conforme modelo constante do Anexo II;
- o) Declaração constando que o serviço é prestado pela própria entidade sem nenhum tipo de terceirização, divisão de lucros ou dividendos, no caso de entidade filantrópica.
- p) - Declaração de que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 33 da Lei Orgânica Municipal e no Art. 9º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme modelo no Anexo IV.
- q) Comprovação, mediante apresentação de Atestado de Capacitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual mencione expressamente o serviço referente ao objeto que se está propondo (vedada exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos), conforme modelo no Anexo VII.

6.2.2 - Toda documentação deverá ser apresentada em cópias legíveis e autenticadas em cartório competente ou autenticada por servidor público, com vigência plena até a data fixada para abertura dos envelopes "Documentação"

6.3 - Não será credenciado o prestador de serviços que deixar de apresentar os documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o Presente Edital.

OBSERVAÇÕES:



AIR NICÍPIH DE AH 4É
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



” Não serão aceitos certificados, certidões, ou qualquer outro documento com prazo de validade vencido;

” Os documentos que não contiverem data de validade, esta sera de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua emissão

* Os documentos exigidos neste Edital deverão também estar em validade na data da sua contratação (emissão da nota de empenho), obrigando-se o adjudicatário a reapresentá-los, caso suas validades tenham se esgotado no período compreendido entre a abertura da licitação e a do empenhamento.

”A incompleta, errônea ou fraudulenta apresentação dos documentos especificados no item 6.2 deste Edital desqualifica o interessado que não participará das fases subsequentes desta licitação.

* A Comissão Permanente de Licitações, na hipótese de ocorrer à inabilitação de todos os licitantes, poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação, em consonância com o artigo 48, § 3 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

7 - DA ADESÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1 - Torna-se implícito que os proponentes ao responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos deste Edital e todos os seus Anexos.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 — A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação dos documentos listados no item 6 deste edital

8.2 — Se a clínica satisfizer todos os requisitos do edital de credenciamento, será efetivado o termo de credenciamento com a mesma credenciada e o Município.

8.3 — A participação neste credenciamento implica na aceitação integral, irrevogável e irrestrita das condições estabelecidas neste edital, não sendo aceitável quaisquer alegações de desconhecimento na Norma Editalícia que gere esse processo.

8.4. — A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, por ventura necessários.

8.5. — Serão credenciadas todas as empresas que satisfizerem as exigências contidas neste edital.

9 — DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

9.1 Prestar o atendimento conforme especificado no Termo de Referência e no Edital

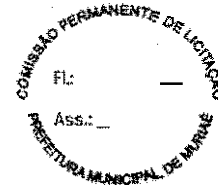
9.2 Planter durante toda a execução do serviço, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

9.3 O Município de Muriaé se reserva ao direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

9.4 É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO, a utilização de pessoal para a prestação dos respectivos serviços, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o MUNICÍPIO DE MURIAÉ.



**IFUNICÍPIO DE AfM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**



10 - RECURSOS

10.1 - Os atos praticados pela comissão de Licitação são susceptíveis de recursos pelos licitantes no prazo máximo de 05 dias úteis a contar da data de divulgação do credenciamento, na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93

10.2 - Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente fundamentada e subscrita pelo representante legal da concorrente.

11 - DO CONTRATO

11.1- Os licitantes c(assificados serão convocados conforme a necessidade e a conveniência da Administração para assinar o contrato de prestação de serviços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, conforme minuta constante do Anexo III, que integra o Edital.

11.2- O credenciamento se efetivará após a assinatura do termo contratual.

12 - DO PRAZO DO CREDENCIAMENTO

12.1 - O prazo para início da prestação de serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato;

12.2 - O contrato terá duração a contar da assinatura do mesmo até 12 de dezembro de 2022, podendo ser renovado em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93, via termo aditivo.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento decorrente da execução dos serviços objeto desta licitação deverá ser efetuado pelo Departamento de Tesouraria do Município de Muriaé-MG, por processo legal, após a comprovação de realização dos serviços e apresentação do documento fiscal: até 30 (trinta) dias, após entrega de documento fiscal.

13.2- O pagamento deverá ser feito à empresa credenciada, após a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias. O descumprimento desta condição acarretará a paralisação do pagamento, sobre o qual não ensejará juros de mora ou correção monetária.

14 - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes de comum acordo, com base no artigo 65, II "d" da lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa prestadora dos serviços contratados em hipótese *alguma* poderá paralisar a execução dos serviços.

15- DA FISCALIZAÇÃO:

15.1- A fiscalização dos serviços será da Secretaria Municipal de Saúde ou de quem esta determinar.

15.2- A existência da fiscalização não eximirá o credenciado de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

16- DO CANCELAMENTO:

16.1 — O cancelamento da prestação dos serviços terá lugar de pleno direito, independente de interposição judicial ou extrajudicial, quando a empresa credenciada:

Recusar-se a prestar os serviços, preestabelecidos na ordem de convocação;



LIUNIC ÍPIO DE AH É
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



Falir ou dissolver-se;

Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Muriaé.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, nos termos do Decreto nº 8.840/2018 de 18 de dezembro de 2018.

17.2 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso no fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades:

17.3 - Advertência.

17.4 — Multa, estabelecida nos termos do Decreto nº 8.840/2018 de 18 de dezembro de 2018:

I — 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

II — 10% (dez por cento) - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

- 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

- 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

- 20% (vinte por cento), em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço ou etapa de obra, ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente;

- 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento/serviço/obra no caso de entrega de objeto, prestação de serviços ou execução de obras com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas; e

- 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao fornecedor a oportunidade de defesa, observada a seguinte ordem:

- mediante desconto no valor das parcelas devidas pela Administração;

- mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

- mediante procedimento administrativo ou judicial de execução, após prévia inscrição do débito em dívida ativa.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o fornecedor pela sua diferença, devidamente atualizada, desde a data de sua aplicação, segundo



JjJT ({ PIO DE 311 NÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



variação positiva do IPCA-E ou índice que venha a lhe substituir e acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mes.

§ 3º Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o fornecedor pela sua diferença, devidamente atualizada, desde a data de sua aplicação, segundo a variação positiva do IPCA-E ou índice que venha a lhe substituir e acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 4º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 5º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado: I - o atraso não superior a 05 (cinco) dias;

o atraso decorrente de culpa da Administração, mesmo que concorrente, ou de fatores excepcionais e extraordinários devidamente reconhecidos pela Administração; e

- a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 6º Se a recusa em assinar o instrumento contratual for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa

§ 7º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade, sendo concedidos, nesta hipótese, os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

§ 8º A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- O Município de Muriaé, na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se o direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo, ou em parte, o presente credenciamento, de ofício ou por provocação, ou conveniência pública, sempre que ocorrer ilegalidade ou irregularidade.

18.2- A anulação ou revogação do procedimento licitatório não gera direito de indenização, salvo casos previstos em lei.

18.3 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.4 - De acordo com conveniência do Município e para atender aos seus interesses, Município de Muriaé/MG reserva-se o direito de alterar quantitativos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, e seus parágrafos da Lei Federal Nº 8.666/93.

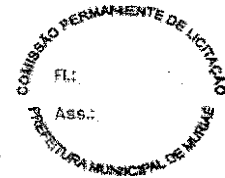
18.5 - Ao inscrever-se no presente Credenciamento o interessado declara conhecer, aceitar e obedecer aos termos do presente Edital e de possuir os documentos comprobatórios das condições nele exigidas.

18.6 - É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

18.7 - A empresa licitante, por seus responsáveis e prepostos, responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



18.8 – O resultado do julgamento de cada fase da licitação será oficialmente comunicado a cada licitante, abrindo-se o prazo legal para recurso administrativo.

18.9 – Fica reservado ao Município de Muriaé-MG o direito de promover diligências em qualquer fase da licitação, conforme disposto no §3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/90, devendo os documentos solicitados serem apresentados em original ou em cópia autenticada em cartório.

18.10 – Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (0XX32) 3696-3317 ou à Avenida Maestro Sansão, 236 – Centro, na cidade de Muriaé-MG, pelo site www.muriae.mg.gov.br, no horário de 07:30 h às 11:30 h e de 13:00 h às 17:00 horas.

18.11 – Fica eleito o foro da comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Muriaé, 02 de maio de 2022

Edmar Rodrigues Pereira
Secretario Municipal de Administração



ALMUNICÍPIO DE GUINÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA **ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

SECRETARIA **MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

1. JUSTIFICATIVA

Constitui objeto da presente licitação o Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de Perícia Ivlédica.

A justificativa para o valor estimado *solicitado* é o quantitativo médio utilizado, visando que a demanda de pacientes possa aumentar, para assim não gerar transtornos futuros para o município.

2. OBJETO

O presente tem como objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serv's s de saúde na área médica, para realização de perícias médicas.

3. PRODUTO

ORDEM	SERVIÇO	UNID	VALOR R\$
1	PERÍCIA MÉDICA	01	120,00

3 - FASES DE IMPLEMENTAÇÃO E PRAZOS

A Prestação de serviço deveser ocorrer de segunda a sexta feira em horario comercial praticado na cidade de Muriaé —MG, conforme encaminhamento de autorizações fornecido e agendamento realizado pelo prestador.

O contrato tera vigência até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado.

Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do aviso de credenciamento da licitação, para que o adjudicatário assine o instrumento de contrato.

A Prefeitura Municipal de Muriaé, através da secretaria requisitante poderá em qualquer momento solicitar o cancelamento do contrato, em *caso dos serviços não* atenderem às condições mínimas de qualidade para o fim a que se destina, causando prejuízos à Prefeitura Municipal de Muriaé.



REPÚBLICA DE GUINÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



4 - DOCUMENTAÇÃO ACERCA DA QUALIFICAÇÃO

Registro ou Inscrição na entidade profissional competente da pessoa jurídica;

Declaração de que possui profissionais de nível superior habilitado para cumprir o objeto do credenciamento, da qual conste o número de profissionais, os nomes e o número do registro no órgão de classe (CRM);

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA DE SERVIÇOS

Prestar os serviços de acordo com a qualidade exigida

Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento ora contratados, nos termos do edital e da legislação vigente.

Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte de servidor autorizado pela PMM, encarregado de acompanhar o fornecimento dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratada obriga-se a:

Realizar os serviços de acordo com a qualidade exigida, no prazo e locais indicados conforme a Autorização de Fornecimento, **em estrita observância das especificações do serviço (item) trazidas no Termo de referência e edital, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações,** cumprindo desta forma, o objeto do certame.

Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Requisitante, inerentes ao objeto da presente licitação; sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte de servidor autorizado por este órgão, encarregado de acompanhar a execução do objeto da licitação, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

Comunicar à Secretaria Requisitante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, **durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

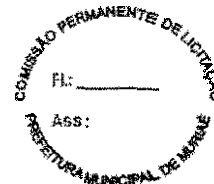
Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

O licitante deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, a certidão de regularidade com o FGTS, Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa Trabalhista.

A eventual prestação de serviço *ocorrerá* após a celebração do contrato e conforme Autorização de Fornecimento a ser emitido pelo Depto. de Compras, conforme cronograma do órgão requisitante



ALMUNICÍPIO DE GUINÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITACÕES



Fiscalizar a prestação dos serviços mencionado neste Termo, adotando as providências necessárias.

Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a Contratada.

Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação *escrita* da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

8 - PAGAMENTO

Pagamento será realizado a prazo, **em até 30 (TRINTA) dias**, atestado o fornecimento dos serviços e apresentação da fatura, de acordo com o presente certame.



AIMC – ÍPIO DE 3IURL4É
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO II

FICHA CADASTRAL

RAZAO SOCIAL	
CNPJ	
INSC. ESTADUAL	
ENDERECO	



611'NICÍPIO DE hIL 4É
SECRETARIA DE AD34INISTRAÇÃO
SETOR DE LICITACÕES



ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° CCC/2022

CRENCIAMENTO.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE MURIAÉ, REPRESENTADA
PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, SR. EDMAR
RODRIGUES PEREIRA

Por este instrumento de contrato Administrativo, que assinam entre si, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ, entidade jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ - Ministério da Fazenda sob o N° 17.947.581/0001-76, com sede à Avenida Maestro Sansão, n° 236, Centro, Muriaé-MG. Neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, brasileiro, médico, domiciliado nesta cidade, CPF - , Carteira de Identidade - , doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, com sede na rua _____, n° _____ bairro _____, daqui por diante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n° _____ expedida pela _____ e do CPF n° _____, resolvem celebrar o presente Contrato, de conformidade com o que consta no Edital de Inexigibilidade n° 008/2021, passando o Edital e a proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde na área médica, para realização de perícias médicas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

São condições de execução do presente contrato:

I - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela CONTRATADA, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

II - Para atender a seus interesses, o Contratante, poderá alterar quantitativos do objeto contratado, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no Artigo 65, da Lei Federal N.º 8.666/93.

III - O Contratante reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto no Edital, podendo rescindir o contrato, nos termos do art.78; inciso I; da Lei Federal N.º 8.666/93.

IV - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.



MUNIZ ÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento na forma aqui pactuada.
- b) Caso haja mais de uma entidade filantrópica credenciada será estabelecido o critério de alternância sendo distribuídas de forma igualitária a quantidade de procedimentos entre as instituições credenciadas.

II - DA CONTRATADA:

- a) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a entrega dos serviços, objeto deste presente instrumento contratual em condições normais para serem utilizadas, obedecendo ao prazo de validade do serviço
- b) Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.
- c) A prestação dos serviços deverá iniciar em até 05 (cinco) dias úteis após a celebração do contrato e Ordem de Serviço a ser emitida pela Secretaria Municipal de Saúde

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Pelo objeto contratado o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância estabelecida tabela do SUS, pelo número de procedimentos prestados:

- a) O pagamento decorrente da execução dos serviços objeto desta licitação deverá ser efetuado pelo Departamento de Tesouraria do Município de Muriaé-MG, por processo legal, após a comprovação de realização dos serviços e apresentação do documento fiscal: até 30 (trinta) dias, após entrega de documento fiscal.
- b) O pagamento deverá ser feito à empresa credenciada, após a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias. O descumprimento desta condição acarretará a paralisação do pagamento, sobre o qual não ensejará juros de mora ou correção monetária.
- b.1) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

CLÁUSULA QUINTA — DO RECEBIMENTO

A área competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto deste instrumento será a Secretaria de Municipal de Saúde, observados os artigos 73 a 76 da Lei Federal N.º 8.666/93

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

CLÁUSULA SÉTIMA — DAS SANÇÕES

O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, *fizer* declaração falsa ou cometer fraude fiscal, *garantido* o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, nos termos do Decreto N.º 8.840/2018 de 18 de dezembro de 2018. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros *ou atraso no* fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:
Advertência.

- b) Multa, estabelecida nos termos do Decreto n.º 8.840/2018 de 18 de dezembro de 2018:
 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso



AIIMCÍPIO DE IIT AÉ
SECRETARL4DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITACÕES



- 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o *valor* correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- 20% (vinte por cento), em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço ou etapa de obra, ou rescisão do instrumento contratual, *calculado* sobre a parte inadimplente;
- 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento/serviço/obra no caso de entrega de objeto, prestação de serviços ou execução de obras com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

e

- 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao fornecedor a oportunidade de defesa, observada a seguinte *ordem*:

- mediante desconto no valor das parcelas devidas pela Administração;
- mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- mediante procedimento administrativo ou judicial de execução, após prévia inscrição do débito em dívida ativa.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o fornecedor pela sua diferença, devidamente atualizada, desde a data de sua aplicação, segundo a variação positiva do IPCA-E ou índice que venha a lhe substituir e acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o fornecedor pela sua diferença, devidamente atualizada, desde a data de sua aplicação, segundo a variação positiva do IPCA-E ou índice que venha a lhe substituir e acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 4º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 5º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado: I - o atraso não superior a 05 (cinco) dias;

- o atraso decorrente de culpa da Administração, mesmo que concorrente, ou de fatores excepcionais e extraordinários devidamente reconhecidos pela Administração; e
- a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 6º Se a recusa em assinar o instrumento contratual for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 7º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade, sendo concedidos, nesta hipótese, os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

§ 8º A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 1º - Além das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, constituem causas de rescisão de contrato:

I - Se a CONTRATADA se conduzir dolosamente;

II - Se a CONTRATADA não cumprir as determinações da fiscalização.



N1E NIS ÍPIO DE BLUE
SECEETARIADE ADNFINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



§ 2º - Além das hipóteses anteriores, poderá o CONTRATANTE rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata dissolução, insolvência da CONTRATADA, e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

CLÁMSULA NONA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório de CRED ENCIAMENTO; homologada em .../.../2022, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato terá início em / /2022 e término em / /2022, podendo ser renovado em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93, via termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Muriaé/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto á execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firma o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Muriaé/MG, _____ de _____ de 2022

Prefeitura Municipal de Muriaé
CONTRATANTE

CONTRATADA

1º Testemunha

Nome:

CPF:

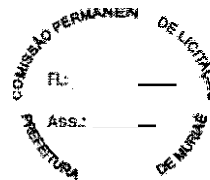
2ª Testemunha

Nome:

CPF:



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULOS IMPEDITIVOS

A sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ n° _____, sediada no endereço _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, residente e domiciliado(a) no endereço _____, portador do RG n° _____, CPF n° _____ DECLARA a quem possa interessar, em especial para os fins de participação em processo licitatório e eventual contratação com o Município de MURIAÉ/MG e suas entidades da Administração Indireta, que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 33 da Lei Orgânica Municipal e no Art. 9º, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta efeitos jurídicos e legais.

_____ - _____ de _____ de 2022

Local, data.

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE LEGAL
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO



MUNICÍPIO DE GUINÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS LEIS MUNICIPAIS Nºs 5.446/2017 E 5.524/2017

Eu, _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____ no Procedimento Licitatório, deste MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG, edital de Credenciamento, declaro, sob as penas da Lei que em cumprimento ao disposto na Lei Municipal Nº 5.446/2017 e suas posteriores alterações, não possuímos condenações em nome da empresa e nem de seus sócios em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrências, formação de quadrilha, ambientais, contra a vida, contra o patrimônio, lavagem de dinheiro, ou quaisquer outros crimes relacionados à malversação e de recursos públicos.

_____, _____, _____ de _____ de 2022

Local, data.

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA

DO REPRESENTANTE LEGAL

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO



CII NICÍPIO DE AIT 4É
SECRET4RL4DE ADNINISTRA ÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, CPF nº _____
representante legal da empresa _____ no Procedimento Licitatório, deste
MUNICÍPIO OE MURIAÉ - IVIG, edital de Credenciamento, declaro, sob as penas da Lei que em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, não possuímos em
nossos quadros trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a
partir de 14 (catorze) anos.

_____ de _____ de 2022

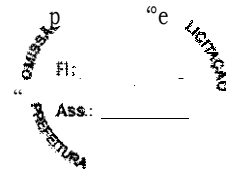
Local, data.

Assinatura e Cargo
(Representante Legal)

Obs: Emitir em papel que identifique a licitante ou por carimbo que a identifique.
Declaração a ser emitida pela **licitante** e assinada por seu representante legal.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO VII — MODELO DE ATESTADO DE CAPACITAÇÃO

Atestamos para os devidos fins que a empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, forneceu ____ (indicar o objeto fornecido) _____, e cumpriu fielmente com o solicitado por esta empresa.

Conforme o exposto, asseguramos que os _____ (indicar o objeto fornecido) _____ são de boa qualidade e total segurança.

Sem mais para o momento,

É o que nos cumpre informar.

_____ de _____ de 2022

Local, data.

Assinatura e Cargo
(Representante Legal)

Obs: Emitir em papel que identifique a empresa ou por carimbo que a identifique.



Município de Muriaé
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____ portador do Documento de Identidade nº _____ inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o artº 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do Parágrafo 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, Parágrafo 1º da lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81 da lei Federal nº 8.666/93.

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____ de _____ de 2022
(assinatura)

(nome do representante legal da empresa)

Observação: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, de forma que identifique a proponente.